

HABEAS CORPUS Nº 570.168 - CE (2020/0078414-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : FRANCISCO MARCELO BRANDAO E OUTRO
ADVOGADOS : FRANCISCO MARCELO BRANDAO - CE004239
SÔNIA MARINA CHACON BRANDÃO - CE010728
BRUNO CHACON BRANDÃO - CE025257
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : IVONES NOGUEIRA MOURA (PRESO)
OUTRO NOME : IVONE NOGUEIRA MOURA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IVONES NOGUEIRA MOURA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Narra o *writ* que o paciente foi preso preventivamente, no dia 24/6/2019, por suposta prática dos crimes do art 2º, *caput*, §§ 2º e 4º, I e IV, da Lei n. 12.850/13 em concurso material com os arts. 33 e 35, *caput*, c/c art. 40, V, da Lei n. 11.343/06. A ação penal é oriunda do procedimento investigatório denominado operação Saratoga, que culminou com a denúncia de 31 réus.

Assevera o impetrante que resta configurado o excesso de prazo na formação da culpa, ao afirmar que o paciente se encontra preso há mais de 9 meses e o processo ainda se encontra na fase de citação para apresentação de defesa preliminar.

O impetrante faz referência à declaração pública da Organização Mundial da Saúde sobre a situação de pandemia causada pelo risco de contaminação coronavírus, à decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal na Tutela Provisória Incidental na ADPF n. 347, datada de 17/3/2020, e à Recomendação n. 62/2020 do CNJ e pugna pela extensão da decisão prolatada no HC n. 543.833/CE.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja deferida a liberdade do paciente, expedindo-se o respectivo alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

Superior Tribunal de Justiça

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente